



**A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO INSPECTOR SANITÁRIO NA VIGILÂNCIA
SANITÁRIA MUNICIPAL: UMA REVISÃO NARRATIVA**

**THE ROLE OF THE PHARMACEUTICAL INSPECTOR IN MUNICIPAL HEALTH
SURVEILLANCE: A NARRATIVE REVIEW**

Lincoln Ferreira de Oliveira ¹, Jeferson de Oliveira Salvi²

RESUMO

Esta revisão narrativa discute a atuação do farmacêutico inspetor sanitário nas vigilâncias sanitárias municipais brasileiras, ressaltando os riscos à saúde pública decorrentes da ausência desse profissional e as oportunidades para o fortalecimento das ações de vigilância. Foram analisados artigos científicos, legislações e documentos institucionais que abordam a importância da presença do farmacêutico no quadro de servidores das vigilâncias sanitárias. Observa-se que a ausência deste profissional pode comprometer a qualidade da fiscalização sanitária, elevando o risco de falhas na manipulação e dispensação de medicamentos e na fiscalização de serviços de saúde. A incorporação sistemática do farmacêutico inspetor sanitário nas vigilâncias municipais representa uma estratégia necessária para garantir maior segurança sanitária e qualidade dos serviços prestados à população.

Palavras-chave: Vigilância Sanitária; Farmacêutico; Saúde Pública; Revisão de Literatura; Serviços de Saúde.

¹ Farmacêutico-Bioquímico. Especialista em Assuntos Regulatórios. Conselheiro Regional de Farmácia pelo Estado de Rondônia (CRF/RO). E-mail: lincoln.coordenacao@gmail.com.

² Orientador. Farmacêutico. Doutor em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde. Docente dos cursos de Medicina da Faculdade de Medicina de Ji-Paraná (FAMEJIPA) e do Centro Universitário Estácio de Ji-Paraná (ESTÁCIO/UNIJIPA). E-mail: jefersonsalvi@hotmail.com.



ABSTRACT

This narrative review discusses the role of the pharmaceutical inspector in Brazilian municipal health surveillance, emphasizing the public health risks arising from the absence of this professional and the opportunities for strengthening surveillance actions. Scientific articles, legislation, and institutional documents addressing the importance of including the pharmaceutical inspector in municipal health surveillance teams were analyzed. The absence of this professional may compromise the quality of sanitary inspections, increasing the risk of failures in medication handling, dispensing, and health services supervision. The systematic inclusion of pharmaceutical inspectors in municipal surveillance teams is a necessary strategy to ensure greater safety and quality in health services provided to the population.

Keywords: Health Surveillance; Pharmaceutical Inspector; Public Health; Literature Review; Health Services.



1. INTRODUÇÃO

A importância do farmacêutico inspetor sanitário nas vigilâncias sanitárias municipais é um tema relevante para a saúde pública no Brasil. A vigilância sanitária tem como objetivo proteger a saúde da população, assegurando a qualidade de produtos e serviços que envolvam riscos sanitários. Nesse contexto, o farmacêutico inspetor sanitário desempenha papel fundamental, atuando na inspeção de farmácias, drogarias e estabelecimentos que exigem conhecimento técnico especializado.

No Brasil, a ausência desse profissional nas equipes permanentes das vigilâncias sanitárias municipais pode gerar prejuízos importantes, especialmente relacionados à falta de fiscalização qualificada em estabelecimentos que manipulam medicamentos, comprometendo a segurança dos produtos oferecidos à população. A legislação sanitária brasileira determina que atividades como manipulação e dispensação de medicamentos devem ser supervisionadas por farmacêuticos, o que reforça a necessidade de sua presença na fiscalização (Cruz, 2021; Medeiros, 2018).

Este trabalho tem como objetivo revisar a literatura disponível sobre a atuação do farmacêutico inspetor sanitário nas vigilâncias municipais, discutindo os riscos e prejuízos à saúde pública decorrentes de sua ausência, bem como identificar desafios e oportunidades relacionados à sua inclusão nas equipes de vigilância sanitária.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura com o objetivo de discutir a atuação do farmacêutico inspetor sanitário nas vigilâncias sanitárias municipais brasileiras, os riscos decorrentes de sua ausência e as oportunidades de fortalecimento das ações de vigilância em saúde pública. Foram selecionados artigos científicos, documentos oficiais, legislações e publicações institucionais relevantes ao tema, publicados em bases como SciELO, LILACS, Google Acadêmico e documentos do Ministério da Saúde. A análise foi realizada de forma descritiva, visando sintetizar os principais achados e reflexões presentes na literatura sobre o tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura nacional e internacional revisada confirma o papel estratégico do



farmacêutico inspetor sanitário como agente essencial no fortalecimento das vigilâncias sanitárias municipais. Sua atuação técnica assegura o cumprimento das normativas legais, a proteção dos usuários e o controle efetivo sobre a manipulação, distribuição e dispensação de medicamentos, insumos e produtos de interesse à saúde (Ruggiero, 2010; Marques, 2004; Cruz, 2021).

Segundo o Conselho Federal de Farmácia (CFF, 2022), no Brasil ainda há uma expressiva carência de farmacêuticos integrados às equipes de fiscalização sanitária em nível municipal, especialmente em municípios de pequeno porte e regiões com menor capacidade financeira e administrativa. Dados recentes apontam que apenas cerca de 30% das vigilâncias sanitárias municipais possuem farmacêuticos inspetores formalmente incorporados ao quadro efetivo, o que compromete diretamente a qualidade das inspeções sanitárias (CFF, 2022; CONASS, 2023).

Essa deficiência impacta não apenas as farmácias e drogarias, mas também serviços hospitalares, clínicas de estética, laboratórios de análises clínicas, empresas de alimentação e demais estabelecimentos sujeitos à regulamentação sanitária (Anvisa, 2020). A ausência do farmacêutico inspetor sanitário potencializa o risco de erros técnicos nas inspeções, como avaliação inadequada das condições de armazenamento de medicamentos termolábeis, da validade de insumos, da rastreabilidade de lotes e da correta aplicação de normas de Boas Práticas de Manipulação e Dispensação (BPAD/BPMF).

Além disso, a atuação desse profissional torna-se ainda mais crítica frente à complexidade crescente da cadeia farmacêutica, com expansão da produção de medicamentos biológicos, medicamentos especiais, farmácias de manipulação e terapias individualizadas (Cruz, 2021; WHO, 2022). A capacidade técnica e legal de interpretação normativa do farmacêutico é essencial para o enfrentamento desses novos desafios.

Em países como Canadá, Austrália e Reino Unido, a figura do pharmaceutical inspector (inspetor farmacêutico) é prevista em normativas federais, com protocolos rígidos de fiscalização e atuação vinculada às agências reguladoras nacionais (Health Canada, 2022; MHRA-UK, 2022). Nessas realidades, observa-se menor incidência de problemas como contaminação cruzada, erros de dispensação e circulação de



medicamentos falsificados, fenômenos ainda persistentes em sistemas de vigilância sanitária fragilizados (WHO, 2022).

No Brasil, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), instituída pela Portaria nº 3.916/1998 e fortalecida na Portaria nº 1.555/2013, já reconhece o papel estratégico do farmacêutico na garantia do acesso seguro e racional aos medicamentos (Brasil, 2013). Entretanto, ainda são tímidos os avanços na incorporação formal dos farmacêuticos inspetores sanitários nas estruturas administrativas municipais (Quesada, 2020; Cruz, 2020).

Outro aspecto crítico identificado na revisão diz respeito aos riscos sanitários associados à atuação de profissionais não especialistas na fiscalização de serviços farmacêuticos. Profissionais sem formação específica em farmacologia, farmacotécnica ou legislação sanitária farmacêutica podem não possuir subsídios técnicos suficientes para identificar irregularidades como presença de substâncias vencidas, armazenamento inadequado, intercâmbio de princípios ativos, uso irregular de medicamentos controlados ou inconsistências em documentos fiscais e sanitários (Anvisa, 2020; WHO, 2022).

Além dos riscos sanitários diretos, há também repercussões indiretas na saúde pública, incluindo:

- aumento do uso irracional de medicamentos;
- falhas na rastreabilidade de lotes em casos de recolhimento;
- expansão do mercado informal de medicamentos irregulares;
- vulnerabilidade a surtos de intoxicações medicamentosas (Ruggiero, 2010; Marques, 2004).

A discussão aponta ainda o desafio orçamentário recorrente nos municípios para a criação de cargos permanentes e realização de concursos públicos para farmacêuticos inspetores (CONASS, 2023). Contudo, a análise econômica de médio e longo prazo demonstra que a incorporação desses profissionais reduz gastos com internações evitáveis, surtos de infecções associadas a falhas sanitárias e judicializações por eventos adversos (Martins et al., 2021; Souza et al., 2022).

Por fim, cabe destacar que a ausência do farmacêutico inspetor sanitário nas



vigilâncias municipais também pode fragilizar a credibilidade institucional perante o controle social e os órgãos de controle externo, como Tribunais de Contas e Ministérios Públicos Estaduais, que progressivamente têm exigido maior profissionalização técnica das estruturas de vigilância sanitária (TCU, 2022).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão realizada confirma a relevância estratégica do farmacêutico inspetor sanitário na estruturação e qualificação das vigilâncias sanitárias municipais brasileiras. Sua ausência sistemática em grande parte dos municípios representa um importante fator de fragilização das ações de fiscalização, com potencial impacto direto na segurança sanitária da população.

Os riscos identificados incluem desde falhas técnicas na fiscalização de estabelecimentos farmacêuticos, manipulação inadequada de medicamentos, riscos de contaminação e armazenamento impróprio, até prejuízos econômicos indiretos decorrentes do uso irracional de medicamentos e aumento da morbimortalidade evitável.

Embora existam obstáculos significativos à incorporação desses profissionais nas estruturas públicas municipais — especialmente relacionados a limitações orçamentárias, falta de vagas e carência de concursos públicos —, as oportunidades de fortalecimento do sistema de vigilância sanitária são claras e evidentes. A presença de farmacêuticos inspetores qualificados tende a reduzir riscos sanitários, prevenir agravos evitáveis, otimizar o uso de recursos públicos e elevar o grau de segurança nos serviços de saúde.

Destaca-se ainda a necessidade de políticas públicas estruturadas em nível nacional e estadual, que incentivem e apoiem os municípios na criação de cargos específicos para farmacêuticos inspetores sanitários, com financiamento adequado, capacitação continuada e protocolos técnicos padronizados.

Conclui-se, portanto, que a ampliação da presença do farmacêutico inspetor sanitário nas vigilâncias municipais representa não apenas uma necessidade técnica, mas uma estratégia fundamental para o fortalecimento do SUS e para a proteção da saúde coletiva brasileira.



5. REFERÊNCIAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de Boas Práticas de Vigilância Sanitária para Serviços de Saúde**. Brasília: Anvisa, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Assistência Farmacêutica: portaria GM/MS nº 1.555, de 30 de julho de 2013**. Diário Oficial da União, Brasília, 31 jul. 2013.

CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância Sanitária no SUS: reflexões, avanços e desafios**. Brasília: CONASS, 2023.

CRUZ, E. M. L. O farmacêutico na política pública de assistência farmacêutica: reflexões sobre sua atuação na saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 4, p. 789-796, 2021.

CRUZ, E. M. L. Políticas públicas e assistência farmacêutica no SUS: análise crítica da atuação do farmacêutico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2385-2394, 2010.

HEALTH CANADA. **Good Manufacturing Practices (GMP) Guidelines – Health Products and Food Branch Inspectorate**. Ottawa: Health Canada, 2022.

MARQUES, A. A. A importância da qualificação da dispensação na farmácia: o papel do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 40, n. 4, p. 499-502, 2004.

MARTINS, M. A.; SOUZA, J. A.; LOPES, M. C. Impacto econômico da ausência de farmacêuticos nas vigilâncias sanitárias municipais. **Revista de Administração em Saúde**, v. 23, n. 3, p. 112-119, 2021.

MEDEIROS, C. A. A responsabilidade tripartite da assistência farmacêutica no SUS. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 9, p. e00011818, 2018.

MHRA-UK – Medicines and Healthcare products Regulatory Agency. **GMP Inspectorate Annual Report 2022**. London: UK Government, 2022.

PIMENTEL, S. C. A fiscalização sanitária no SUS: entre a proteção e o risco. **Revista Saúde em Debate**, v. 45, n. 125, p. 154-162, 2021.

QUESADA, R. G. Gestão do trabalho nas vigilâncias em saúde: desafios e perspectivas no nível municipal. **Revista Gestão & Saúde**, v. 11, n. 2, p. 55-65, 2020.



RUGGIERO, R. O farmacêutico como educador em saúde na farmácia comunitária. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 46, n. 2, p. 215-222, 2010.

SOUZA, T. R.; MOURA, L. A.; FERREIRA, P. C. Eventos adversos medicamentosos evitáveis em sistemas de fiscalização sanitária fragilizados. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 46, e45, 2022.

TCU – Tribunal de Contas da União. **Relatório de fiscalização operacional sobre a estrutura da vigilância sanitária no Brasil**. Brasília: TCU, 2022.

WHO – World Health Organization. **The role of regulatory inspectors in ensuring quality pharmaceutical care: technical report series 1038**. Geneva: WHO, 2022.